

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – LEIS**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



LEIS

LEI Nº 25.123, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027 para o exercício de 2025.

Dispositivo da Proposição de Lei nº 26.129, vetado pelo Senhor Governador do Estado e mantido pela Assembleia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo o seguinte dispositivo da Proposição de Lei nº 26.129:

“ANEXO IV

(...)

INCISO: 124 (Emenda nº 10)

Programa: 061 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Ação: 4129 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mudança de finalidade para: PROMOVER ATENDIMENTO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA PERMANENTE, TRANSITÓRIA E/OU INTERMITENTE, SEJA ELA FÍSICA, AUDITIVA, VISUAL, INTELECTUAL, TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO, DOENÇAS RARAS, ESTOMIZADOS, OU MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS, PRIORIZANDO A CRIAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO INTEGRAL DE FORMA REGIONALIZADA.”.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de abril de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.214, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Casa de Apoio Sementes do Amor, com sede no Município de Mariana.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa de Apoio Sementes do Amor, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de abril de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.215, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção Infantil, Social e Comunitária – Aprisco –, com sede no Município de Virgem da Lapa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção Infantil, Social e Comunitária – Aprisco –, com sede no Município de Virgem da Lapa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de abril de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.216, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santa Claudia – Acosc –, com sede no Município de Naque.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Santa Cláudia – Acosc –, com sede no Município de Naque.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de abril de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.217, DE 14 DE ABRIL DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Cruzília.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Cruzília.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de abril de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025

Às 15h1min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Thiago Cota e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado mencionado entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.822, no 1º turno, e 3.023/2024, em turno único (deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.562 e 10.565/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 13.090/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater, com o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e um representante da concessionária Eco135, a duplicação da BR-135 no trecho entre Bocaiuva e Corinto. Cumprida a finalidade da

reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2025.

Thiago Cota, presidente – Celinho Sintrocel – Delegada Sheila.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/4/2025

Às 9h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Luizinho e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e definir o tema para monitoramento pela comissão no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Presidência da República (um ofício em 28/3/2025) e do Ministério da Educação (um ofício em 3/4/2025). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 750/2019 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pela relatora, deputada Ione Pinheiro. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.620/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.217/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com a aluna Amanda Emanuely Rodrigues da Costa, da Escola Estadual Professora Nilza Gomes Bergman, no Município de Sarzedo, classificada em 1º lugar no Estado para participar do Parlamento Juvenil do Mercosul com o projeto Escolas Sustentáveis;

nº 13.219/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Hely Tarquínio, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Luizinho, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Monitoramento do cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação” foi escolhido pela comissão para ser submetido a monitoramento no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 13.227/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar no Município de Manhuaçu;

nº 13.228/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Novo Cruzeiro;

nº 13.229/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações substanciadas na relação das escolas estaduais da rede pública que estão com o quadro de pessoal incompleto ou abaixo do quantitativo estabelecido pela Resolução SEE nº 5.085, de 30/10/2024;

nº 13.238/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para fazer um balanço das atividades do CT–Vacinas e debater sua importância para a ciência, a saúde pública, a tecnologia e a inovação no Estado e no País;

nº 13.240/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, para a comunidade escolar do Município de Araponga;

nº 13.286/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer que seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente a voto de congratulações com a Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;

nº 13.291/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que o governo do Estado apresente o resultado do diagnóstico da rede de ensino de Ribeirão das Neves e se manifeste sobre a renovação do convênio para o transporte escolar dos alunos;

nº 13.292/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, considerando as Ações Judiciais nºs 1.0231.18.022478-5/004 e 005 e 1.0000.23.120158-3/001 a 006, em tramitação nesse órgão, as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves;

nº 13.293/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa de Direitos Difusos e Coletivos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, considerando as Ações Judiciais nºs 1.0231.18.022478-5/004 e 005 e 1.0000.23.120158-3/001 a 006, acompanhadas por esse órgão, as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves;

nº 13.294/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribeirão das Neves as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves;

nº 13.295/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à 12ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves, que cuida da defesa da saúde, das pessoas com deficiência e idosos e do consumidor, as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves;

nº 13.296/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG –, unidade de Ribeirão das Neves, as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves;

nº 13.299/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Contagem pedido de providências para que os candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital PMC nº 1/2023 sejam imediatamente nomeados, considerando a homologação do concurso em 2/7/2024; e seja encaminhado à prefeita municipal de Contagem pedido de informações substanciadas no cronograma de nomeação previsto para esse concurso;

nº 13.300/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Educação para tratar da importância da oferta de transporte escolar para todos os alunos das escolas municipais e estaduais situadas em Ribeirão das Neves;

nº 13.301/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao prefeito municipal de Ribeirão das Neves para tratar da importância da oferta do transporte escolar para todos os alunos das escolas situadas nesse município;

nº 13.302/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de educação inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão das Neves e o atendimento educacional especializado da criança e adolescente com deficiência nesse município;

nº 13.304/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para discutir os problemas relacionados ao cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado em sala de recursos da rede estadual e os impactos da ausência de normatização na vida funcional desses servidores;

nº 13.305/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – pela comemoração dos seus 100 anos, marco de imensa relevância para a instituição e para a cultura musical do Estado;

nº 13.307/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a importância da adoção de medidas visando a continuidade da tramitação do concurso público regido pelo Edital nº 2/2024, da Prefeitura Municipal de Ibitaré, com sua efetiva homologação, dando prosseguimento às discussões da audiência pública da comissão realizada em 13/12/2024;

nº 13.310/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Manoel Martins de Melo, no Município de Ribeirão das Neves, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos da ausência do transporte escolar para os alunos;

nº 13.311/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o advogado-geral do Estado, para que o governo do Estado apresente a forma de cumprimento do pagamento do reajuste anual do piso salarial profissional nacional para a formação em nível médio, como determina o art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 2008.

A presidência avoca a relatoria do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/4/2025

Às 14h23min, comparecem à reunião a deputada Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a definir o tema a ser monitorado para o Tema em Foco, no biênio 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Registra-se a saída do deputado Doutor Jean Freire e a presença do deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, do Projeto de Lei nº 2.558/2024 (relatora: deputada Lohanna); pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 2.090/2024 (relatora: deputada Lohanna, em virtude de redistribuição); pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2, dos Projetos de Lei nºs 3.232 e 3.239/2025 (relator: deputado Leleco Pimentel, em virtude de redistribuição) e 3.317/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte), todos em 1º turno; pela aprovação na forma do vencido em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.568 e 2.783/2024 (relatora: deputada Lohanna); pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.681/2023 (relatora: deputada Lohanna, em virtude de redistribuição), todos em 2º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.450/2025 (relator: deputado Mauro Tramonte), que recebeu parecer por sua aprovação. É adiada a votação do Requerimento nº 10.585/2025, a requerimento do deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela

presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento de Comissão nº 13.338/2025, das deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton, Oscar Teixeira e Mauro Tramonte, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura” foi escolhido pela comissão para ser submetido a monitoramento no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.

Andréia de Jesus, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/4/2025

Às 16h1min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 16h43min, a deputada Bella Gonçalves, presidenta da comissão, reabre os trabalhos e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a execução do Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras – Pena Justa –, que cria um novo marco estatal sobre as violações de direitos fundamentais nas unidades prisionais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Miriam Estefânia dos Santos, presidenta da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade – Amparar; Maria Tereza dos Santos, coordenadora da Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – Raesp – e mobilizadora social da Amparar e da Frente Estadual pelo Desencarceramento; Sandra Márcia Duarte, integrante da Associação Nacional dos Técnicos e Especialistas Penais – Anatesp; e dos Srs. Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso, integrante do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais – LabTrab-UFGM; Leonardo Bicalho de Abreu, defensor público do Estado de Minas Gerais e coordenador estratégico do sistema prisional, representando a defensora pública-geral; Wagner Dias Ferreira, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG –, representando o presidente; Francisco Augusto Cruz de Araújo, sociólogo, professor universitário, pesquisador da segurança pública e do sistema prisional e coordenador da Rede Nacional de Atenção a Egressos do Sistema Prisional – Renaesp; e José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo – Sindasep-MG. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2025.

Bella Gonçalves, presidenta – Beatriz Cerqueira – Ulysses Gomes.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/4/2025

Às 16h9min, comparecem à reunião os deputados Ricardo Campos, Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ricardo Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno,

dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e apreciar o tema específico para monitoramento intensivo pela comissão no Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A seguir, comunica o recebimento de um ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.857/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.239/2025, dos deputados Ricardo Campos e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente – PMMAmb – pedido de providências para que, no processo de fiscalização ambiental, estabeleçam um diálogo permanente com produtores rurais, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, realizando visitas técnicas para orientação, antes da aplicação de multas, e que promovam processos de educação ambiental que garantam aumento da produção e prevenção aos efeitos das mudanças climáticas;

nº 13.245/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público Estadual – MPE – e à vereadora Leticia Pereira Bahia, do Município de Águas Vermelhas, as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária desta comissão que teve por finalidade debater a venda das usinas da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

nº 13.252/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer sejam encaminhadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, ao Ministério Público Federal – MPF –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE – e ao Ministério de Minas e Energia – MME – as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária desta comissão, que teve por finalidade debater a venda das usinas da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

nº 13.255/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente – PPMamb –, da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, pedido de providências para que procedam à revisão de multas ambientais aplicadas a produtores rurais, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, que têm sido arbitrárias, sem a garantia do direito de defesa, e desproporcionais à capacidade de pagamento e ao tamanho da área produtiva, comprometendo a obtenção de crédito dos agricultores e a segurança alimentar e nutricional da população, conforme relatado na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 4/4/2025, em Montalvânia;

nº 13.256/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja implantada uma ouvidoria especializada de meio ambiente, a fim de receber as queixas de produtores rurais e agricultores familiares acampados e assentados da reforma agrária com relação às multas exorbitantes aplicadas no processo de fiscalização ambiental;

nº 13.257/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – e à Polícia Militar de Meio Ambiente pedido de providências para que promovam capacitação continuada para os produtores rurais, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, sobre as infrações ambientais, utilizando-se de cartilhas e materiais de orientação com linguagem acessível;

nº 13.259/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado, à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pela ausência dos órgãos de fiscalização ambiental na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de

Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada em 4/4/2025, em Montalvânia, que debateu a atuação do IEF e da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente produtores rurais e agricultores familiares assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, o que representou desrespeito à população e aos agricultores familiares acampados e assentados da região;

nº 13.260/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente e à Câmara dos Deputados pedido de providências para participarem de processo de negociação, a ser instaurado pelo Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica – Compor – do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, destinado à revisão de multas ambientais aplicadas de forma arbitrária e sem garantia do direito de defesa aos produtores rurais e aos agricultores familiares acampados e assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, na região de Montalvânia, com valores acima de sua capacidade de pagamento; e sejam encaminhadas aos referidos órgãos as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve por finalidade debater a atuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente produtores rurais e agricultores familiares assentados pelo Incra;

nº 13.261/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que, por meio do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica – Compor –, instaure um processo de negociação, com a participação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG –, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, representando o governo do Estado, dos produtores rurais e dos agricultores familiares da região de Montalvânia acampados e assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, para revisão das multas ambientais aplicadas a esses produtores rurais e agricultores familiares de forma arbitrária e sem garantia do direito de defesa, com valores acima de sua capacidade de pagamento;

nº 13.262/2025, do deputado Ricardo Campos e da deputada Leninha, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Câmara dos Deputados, à Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais, à Fundação Estadual de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Política Ambiental e à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – em Minas Gerais as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve por finalidade debater a atuação do IEF e da Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente produtores rurais e agricultores familiares assentados pelo Incra;

nº 13.319/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a qual seja convocada a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para debater a atuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente produtores rurais e agricultores familiares assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;

nº 13.326/2025, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de diversas famílias residentes na localidade conhecida como Lagoa da Prata, no Bairro Ipaba do Paraíso, no Município de Santana do Paraíso, que estão sendo alvo de ações de reintegração de posse promovidas pela Vale S.A.;

nº 13.342/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais – Asthemg – e com o Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde – pelo recebimento no Hospital Maria Amélia Lins – Hmal – do primeiro paciente em 9 de abril de 2025;

nº 13.343/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais – Asthemg – e o Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde – pelo retorno do atendimento no Hospital Maria Amélia Lins – Hmal – com o recebimento do primeiro paciente em 9 de abril de 2025;

nº 13.344/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convocada a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para debater a atuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente produtores rurais e agricultores familiares assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;

nº 13.345/2025, dos deputados Ricardo Campos, Arnaldo Silva, Marquinho Lemos, Leleco Pimentel, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Geração distribuída e pobreza energética” foi escolhido pela comissão para ser submetido a monitoramento no âmbito do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

A seguir, o presidente avoca a si a relatoria do plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2025.

Lohanna, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/4/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 5.164/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as providências que

estão sendo tomadas para preservar a qualidade da água e a saúde dos cidadãos do Sul de Minas, tendo em vista que o painel do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, do Ministério da Saúde, detectou altos níveis de agrotóxico na água de 90 cidades no Sul de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.177/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o andamento do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 2/2023, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de cuidador para pacientes institucionalizados nas Casas de Saúde Santa Izabel, São Francisco de Assis e Padre Damião, tendo em consideração a observância das prerrogativas funcionais dos profissionais da enfermagem. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.376/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em cópia da regulamentação estadual que permite o trabalho na modalidade "home office" dos médicos que trabalham na regulamentação do SUSFácil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.614/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao colegiado dos compromitentes do acordo judicial de reparação pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, pedido de informações sobre o estudo de avaliação de risco à saúde humana, esclarecendo-se, especialmente, os resultados já alcançados a partir da primeira etapa do mencionado estudo; a metodologia que tem sido utilizada para sua consecução; e as medidas que têm sido adotadas para garantir a publicização e a ampla informação às comunidades atingidas acerca dos resultados encontrados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.789/2024, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o andamento e o cronograma dos trabalhos do grupo que visa discutir a regulamentação da Lei nº 23.795, de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab –, criado pela Resolução Conjunta Sedese-Seapa-Semad-Seplag nº 1/2022, de 13/10/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.072/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em documento contendo os repasses estaduais de recursos aos municípios para o enfrentamento das endemias de arboviroses, especialmente dengue, zika, chikungunya e febre amarela, previstos e efetuados nos anos de 2021 a 2025, com os cronogramas de desembolso correlatos e os municípios contemplados, de forma detalhada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.168/2024, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da existência de protocolo específico adotado pelas unidades de ensino quando ocorrem situações de abuso ou indícios de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.848/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a regulamentação e a implementação de programa permanente de aquisição de arma de fogo e munições para uso particular dos militares, tendo em vista as recorrentes demandas encaminhadas à comissão, referentes às dificuldades e à demora dos procedimentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.109/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas nos dados acerca do número de jovens residentes no Município de São

Joaquim que serão assistidos pelo programa Pé-de-Meia, que visa garantir maior inclusão social por meio da educação e promover mobilidade social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.229/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as ações educativas, de comunicação e de atenção à saúde que foram realizadas no período de 2019 a 2024, nas unidades prisionais do Estado, para prevenir a iniciação ao tabagismo e promover sua cessação pelos fumantes; as ofertas de tratamento que foram garantidas às pessoas privadas de liberdade que manifestaram o interesse em parar de fumar, no período de 2019 a 2024; e os dados quantitativos referentes à adesão das pessoas em privação de liberdade ao tratamento de tabagismo ofertado pelo Sistema Único de Saúde, no período de 2019 a 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.302/2024, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os pedidos de ligação de energia elétrica no Distrito de Baixa Verde, Município de Dionísio, a saber, se serão atendidos ou se serão incluídos no programa Luz para Todos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.385/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a expectativa de divulgação das decisões dos recursos interpostos no âmbito do Edital Sejusp nº 2/2021, de 17/8/2021, que se encontram pendentes, tendo em vista que outros recursos, como o interposto em abril de 2024, através do Processo SEI nº 1500.01.0181785/2024-42, até o momento não obtiveram resposta nem qualquer esclarecimento sobre as razões para tamanha espera, o que tem configurado inobservância dos princípios da razoabilidade e da eficiência da administração pública. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.473/2024, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os servidores que estão em afastamento preliminar para aposentadoria; o número total de servidores nessa situação; a distribuição deles por setor ou departamento; a duração média desses afastamentos preliminares; e a estimativa do número de aposentadorias a serem concedidas nos próximos meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.716/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações consubstanciadas nos resultados de todas as análises de monitoramento da qualidade da água na bacia hidrográfica em que está situada a Lagoa de Ibirité, no âmbito do programa Água de Minas, apresentando as violações ocorridas nos anos de 2023 e 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.808/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao comandante da 11ª Região da Polícia Militar – RPM – de Montes Claros pedido de informações acerca do conflito que envolve a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e o território geraizeiro no Município de Padre Machado, consubstanciadas em relatório das atuações da PMMG que envolvem essa comunidade; números dos registros de ocorrência policial – Reds – relativos às atuações; e protocolos de atuação da PMMG em territórios que envolvem povos e comunidades tradicionais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.007/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à ouvidora-geral do Estado pedido de informações a respeito das medidas adotadas pela Ouvidoria-Geral do Estado ao receber reclamações recorrentes sobre um determinado problema no transporte coletivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.031/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre se trabalhadores contratados pela Minas Gerais Administração e Serviços S.A. –

MGS – estão atuando nas funções dos cargos de analista educacional – ANE – e de técnico da educação – TDE – nas superintendências regionais de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.045/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o concurso público, regido pelo Edital nº 3/2023, para o cargo de analista técnico educacional, especificando-se a previsão do Estado para a nomeação dos candidatos aprovados no referido concurso; os estudos, levantamentos ou projeções que foram realizados pela Secretaria de Estado de Educação – SEE – quanto às necessidades de reposição de servidores para esse cargo, especialmente em virtude das aposentadorias e outras formas de vacância ocorridas nos últimos anos; a previsão de um cronograma de nomeações que contemple o aproveitamento dos aprovados durante o prazo de validade do concurso, encaminhando-se a esta Casa, em caso afirmativo, esse cronograma; e a possibilidade de ampliação do número de nomeações além das vagas inicialmente previstas no edital, em virtude das demandas identificadas pela SEE. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.377/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a possibilidade de envio de notificações sobre o IPVA e as taxas de licenciamento de veículos, bem como o envio dos boletos de pagamento, por meio do aplicativo Carteira Digital de Trânsito, em convênio com o governo federal, com o objetivo de evitar a aplicação de golpes e otimizar o acesso à informação e ao processo de pagamento pelos contribuintes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.584/2025, do deputado Tadeu Leite, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o número de pessoas no Estado que ainda não dispõem de acesso à internet e à telefonia celular e sobre as localidades em que ainda não há sinal de telefonia celular, explicitando-se o tamanho de sua população. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.701/2025, do deputado Tadeu Leite, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a concessão de aposentadoria para servidores públicos estaduais com deficiência, nos termos do art. 36, § 4º-A, inciso I, da Constituição do Estado, indicando-se o número de aposentadorias concedidas a esses servidores desde a aprovação da reforma da previdência no Estado, efetuada por meio da Emenda à Constituição do Estado nº 104, de 2020, e da Lei Complementar nº 156, de 2020. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

Votação, em turno único, do Veto nº 20/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.130, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025 (Faixa constitucional.). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto nº 21/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.107, que dispõe sobre a transação resolutiva de litígios de natureza tributária e não tributária inscritos em dívida ativa e dá outras providências (Faixa constitucional.). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto nº 22/2025 – Veto Total à Proposição de Lei nº 26.114, que dispõe sobre a criação para fins de reprodução e a comercialização de cães e gatos de raça no Estado e dá outras providências (Faixa constitucional.). A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto nº 23/2025 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26.117, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado (Faixa constitucional.). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 56/2024, do procurador-geral de justiça; Projetos de Lei nºs 1.588/2020, do deputado Sargento Rodrigues; 377/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita; 3.369/2025, da deputada Carol Caram; 3.278/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 165/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 567/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.977/2024, do deputado Arlen Santiago; 2.106, 2.227, 2.431 e 2.465/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.662/2024, do deputado Douglas Melo; 2.880/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.886 e 2.887/2024, da deputada Lud Falcão; 3.090/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.116/2024, do deputado Fábio Avelar; 3.133/2024, da deputada Ana Paula Siqueira; 3.168/2024, da deputada Beatriz Cerqueira; 3.189/2024, da deputada Ione Pinheiro; 3.250/2025, do deputado Mauro Tramonte; 3.293/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.307/2025, do deputado Mauro Tramonte; 3.330/2025, do deputado Lucas Lasmar; 3.416/2025, da deputada Nayara Rocha; 3.417/2025, do deputado Enes Cândido; 3.419/2025, do deputado Doutor Jean Freire; 3.437/2025, da deputada Nayara Rocha; 3.440/2025, da deputada Maria Clara Marra; 3.454/2025, do deputado Doorgal Andrada; 3.477/2025, da deputada Chiara Biondini; e 3.503/2025, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.470/2021, do deputado Arlen Santiago; 1.468 e 1.692/2023, do deputado Doutor Wilson Batista; 2.121/2024, do deputado Gil Pereira; 2.373/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier; 2.420/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.546/2024, do deputado Arnaldo Silva; 2.623/2024, do deputado Adriano Alvarenga; 2.835/2024, do deputado Coronel Henrique; 2.938/2024, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.073/2024, do deputado Doutor Jean Freire; 3.186/2024, do deputado Tadeu Leite; 3.277/2025, do deputado João Vítor Xavier; 3.385/2025, do deputado Betão; 3.457/2025, do deputado Grego da Fundação; 3.491/2025, do deputado Luizinho; 3.492 e 3.493/2025, do deputado Tadeu Leite; 3.499/2025, do deputado Doutor Jean Freire; 3.514/2025, da deputada Leninha; e 3.583/2025, do deputado Doutor Wilson Batista.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 354/2023, do deputado Doutor Jean Freire, e 3.115/2024, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.667/2025, do deputado João Vítor Xavier; 10.820/2025, do deputado Sargento Rodrigues; e 10.858/2025, do deputado Ricardo Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.913/2022 e 1.060/2023, do deputado Charles Santos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.703/2025, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/4/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.238/2023, do deputado Arlen Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/4/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/4/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/4/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/4/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.413/2021, da deputada Ione Pinheiro; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 10.788/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 10.861/2025, do deputado Sargento Rodrigues; de

receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, obter explicações do secretário de Estado de Fazenda, do secretário de Estado de Governo e da secretária de Estado de Planejamento e Gestão sobre o reiterado descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 24.260, de 2022, que prevê que “o Poder Executivo divulgará, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior”.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Zé Laviola, Betinho Pinto Coelho e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.

Mauro Tramonte, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as situações de violência política contra mulheres e vereadoras mineiras, especialmente os fatos ocorridos na Câmara Municipal de Raul Soares, e as ações preventivas para coibir essa prática nas câmaras municipais.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os estudantes e profissionais da educação da Escola Estadual Presidente Bernardes, de Pouso Alegre, que conquistaram uma medalha de prata e oito medalhas de bronze na International Talent Mathematics Contest – ITMC –, competição mundial de matemática realizada em Bangkok, na Tailândia (Requerimento nº 10.459/2025, do deputado Doutor Paulo);

de congratulações com o Centro de Educação Florescer pelos seus 40 anos de história dedicados à oferta de educação de excelência e à formação de cidadãos comprometidos com o conhecimento e a sustentabilidade (Requerimento nº 10.481/2025, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com o Sr. Celso José Alves por sua posse como presidente do Conselho Metropolitano de Formiga da Sociedade de São Vicente de Paulo (Requerimento nº 10.487/2025, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Sra. Patrícia Aparecida Rodrigues Guimarães por sua eleição e posse como presidente da 113ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG –, em Vespasiano (Requerimento nº 10.493/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho);

de congratulações com o Sr. José Cirino de Oliveira por ser um dos ambulantes em atividade mais antigos do Estado (Requerimento nº 10.549/2025, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o Sr. Edivaldo Carlos da Fonseca e a Sra. Elizete Alves Matoso, da Escola Estadual Interventor Alcides Lins, pela conquista da escola da melhor média em notas de redação do Estado no Enem 2024 (Requerimento nº 10.579/2025, do deputado Lucas Lasmar); e

de congratulações com a Charanga do Galo pelas relevantes contribuições, ao longo dos últimos 55 anos, à cultura desportiva e musical do Estado, e com a família de José Ferreira Veloso, um dos primeiros integrantes desse conjunto, que faleceu em dezembro de 2024 (Requerimento nº 10.580/2025, da Comissão de Direitos Humanos).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 9.646/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para implementação de uma unidade do Colégio Tiradentes no Município de Santa Luzia.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2024.

Delegado Christiano Xavier (PSD), vice-presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Este requerimento tem por objetivo solicitar a implementação de uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM – no Município de Santa Luzia, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à educação de excelência, pautada em valores cívicos, éticos e disciplinares, características que tornam a rede de ensino Tiradentes uma referência no estado.

A relevância deste pedido está em consonância com o Projeto de Lei nº 406/2023, que prevê a criação de novos cargos de provimento efetivo e de direção no Sistema de Ensino da Polícia Militar, permitindo a expansão da rede CTPM em Minas Gerais. Com a previsão de 3.401 novos cargos de Professores de Educação Básica, 324 cargos de Especialistas em Educação Básica e 30 cargos de Diretores de Escola, o projeto possibilita o atendimento a uma demanda crescente por instituições de ensino de qualidade que ofereçam formação acadêmica e cidadã.

Santa Luzia, um dos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresenta uma necessidade urgente de investimentos em educação, especialmente em um modelo que alia excelência acadêmica e disciplina. A implementação de uma unidade do CTPM atenderia não apenas aos dependentes de militares, mas também à comunidade local, promovendo inclusão social e oferecendo oportunidades de desenvolvimento para jovens de todas as origens. Essa iniciativa fortaleceria ainda mais os laços entre a sociedade civil e a Polícia Militar, promovendo a integração e o civismo.

Portanto, a criação de uma unidade do Colégio Tiradentes em Santa Luzia é uma medida essencial para garantir educação de qualidade e contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com os valores éticos e sociais, em conformidade com as disposições e os avanços propostos pelo Projeto de Lei nº 406/2023.

REQUERIMENTO Nº 9.647/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para implementação de uma unidade do Colégio Tiradentes no Município de Lagoa Santa.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2024.

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Justificação: Este requerimento tem por objetivo solicitar a implementação de uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM – no Município de Lagoa Santa, destacando a importância de ampliar o acesso à educação de excelência, fundamentada em valores cívicos, éticos e disciplinares, como proposto pela rede de ensino da Polícia Militar.

O pedido é apoiado pela atuação das vereadoras Sabrina Ribeiro dos Santos e Aline Aires de Souza Maia, que têm se destacado no trabalho em prol da educação no município, reforçando a necessidade de investimentos que atendam à crescente demanda local, destaca-se que as vereadoras elaboraram um abaixo-assinado que conta com mais de 1.000 (mil) assinaturas para a implementação do Colégio Tiradentes no Município de Lagoa Santa, retratando o desejo da população que há anos luta em prol deste objetivo.

Além disso, a pertinência deste pedido é reforçada pelo Projeto de Lei nº 406/2023, que prevê a criação de novos cargos de provimento efetivo e de direção na estrutura dos CTPMs, ampliando a capacidade de atendimento e consolidando o papel dessas instituições na formação de jovens cidadãos. A proposta legislativa, ao criar 3.401 novos cargos de Professores de Educação Básica e 324 cargos de Especialistas em Educação Básica, além de 30 cargos de Diretores de Escola, possibilita a expansão da rede de ensino Tiradentes, essencial para atender à demanda crescente por esse modelo educacional em diversas regiões do estado.

Lagoa Santa, com sua população em constante crescimento e sua localização estratégica na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é um município que demanda investimento em infraestrutura educacional de qualidade. A implementação de uma unidade do CTPM atenderia não apenas aos dependentes de militares, mas também à comunidade em geral, promovendo integração social e fortalecimento dos laços com a Polícia Militar. O ensino de excelência proporcionado pelo CTPM contribuiria para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, garantindo maior inclusão e igualdade de oportunidades.

Portanto, a implementação do Colégio Tiradentes em Lagoa Santa é uma medida indispensável para o avanço da educação no município, em alinhamento às diretrizes propostas pelo Projeto de Lei nº 406/2023, que viabiliza a expansão dessa importante rede de ensino.

REQUERIMENTO Nº 10.531/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Lohanna aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 18/3/2025, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Igarapé pedido de informações sobre as condições de acessibilidade no transporte coletivo municipal, especificando-se quais são as condições de acessibilidade e os serviços específicos oferecidos para o transporte de pessoas com deficiência, incluindo a disponibilidade de

recursos de acessibilidade nos veículos, como elevadores, rampas e espaços reservados para pessoas com deficiência; quais são os procedimentos de fiscalização adotados pelo município para garantir que as empresas de transporte coletivo cumpram as normas de acessibilidade previstas para o transporte de pessoas com deficiência, conforme exigido pela legislação vigente; e se há possibilidade de realização de ações de fiscalização nos serviços oferecidos pelas empresas Célere Transporte (linha 1050 – Roseiras) e Novo Retiro (linha 3980, carro número 61005 – Nossa Senhora da Paz), tendo em vista denúncias sobre a recusa de transporte de cadeirantes pelas referidas empresas.

Sala das Reuniões, 18 de março de 2025.

Arnaldo Silva (União), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 10.570/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 19/3/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH – pedido de providências para que prontamente tome as medidas disciplinares cabíveis em relação à quebra de decoro parlamentar praticada pelo vereador que, na 16ª Reunião Ordinária do Plenário dessa câmara, realizada em 13/3/2025, cometeu e promoveu violência política de gênero contra a vereadora Iza Lourença, visando impedir, obstaculizar e restringir o exercício dos direitos políticos da mulher, por meio de assédio, constrangimento, humilhação e ameaça à parlamentar, com a finalidade de impedir o desempenho de seu mandato eletivo; e para que tome as medidas preventivas necessárias de modo que fatos como esse não se repitam e os direitos das vereadoras da CMBH sejam efetivados e respeitados.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/4/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Walter Cerqueira, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Alex Leite de Freitas, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Andreza Martins Cabral, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando João Wellington Esteves, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

nomeando Marília Silveira Felipe, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Moises Soares Viana, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Rayner Arlem Elias de Souza, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Sérgio Felipe, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Walter Cerqueira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 20/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Débora Fernandes Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades de prótese dentária e clínica odontológica geral, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ao dia 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/4/2025, na pág. 26.